



Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração

INSTRUÇÃO NORMATIVA DREI Nº 9, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013

Aprova modelo de declaração a ser firmada e juntada ao pedido de nomeação de Vogais e respectivos Suplentes e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO – DREI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e o art. 8º, inciso VI, do Anexo I, do Decreto nº 8.001, de 10 de maio de 2013, e

Considerando as disposições contidas nos arts. 11 e 12, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e nos arts. 10 e 11, do Decreto nº 1.800, de 1996;

Considerando a necessidade de disciplinar e uniformizar os procedimentos referentes às nomeações dos Vogais, resolve:

Art. 1º Aprovar o [modelo da declaração](#), em anexo, a ser firmada e juntada ao pedido de nomeação de Vogais e respectivos Suplentes do Colegiado de Vogais das Juntas Comerciais apresentado ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República ou ao Governador de Estado, conforme o caso.

Art. 2º A comprovação da condição exigida pela Lei nº 8.934, de 1994, no inciso III do art. 11 ou do efetivo exercício da profissão, por mais de 5 (cinco) anos, em relação aos Vogais e Suplentes de que trata o inciso III do art. 12 da referida Lei, acompanhará as respectivas listas tríplices.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa DNRC nº 87, de 19 de junho de 2001.

VINICIUS BAUDOUIN MAZZA

Publicada no D.O.U., de 6/12/2013.

DECLARAÇÃO

Para os efeitos do disposto no inciso II do art. 11 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e no inciso II do art. 10 do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, eu, _____ (qualificação completa: nome, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, estado civil, profissão, filiação, carteira de identidade, data e órgão expedidor, endereço completo), declaro, sob as penas da Lei, que não estou condenado, em qualquer parte do território nacional, pela prática de crime cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a cargo, emprego e funções públicos, ou por crime de prevaricação, falência fraudulenta, peita ou suborno, concussão, peculato ou, ainda, por crime contra a propriedade, a economia popular ou a fé pública.

Declaro, ademais, que satisfaço as condições estabelecidas nos incisos I e IV, do art. 11 da Lei nº 8.934, de 1994, e nos incisos I e V do art. 10 do Decreto nº 1.800, de 1996.

_____, ____ de _____ de _____
local e data

assinatura